

ATIVO PARA AS URNAS

Em ano eleitoral, 26 governadores dão reajustes a servidores ao custo R\$ 28 bilhões

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@globo.com
BRASIL

Praticamente todos os governadores do país terão um ativo para apresentar em 2022, ano eleitoral: o aumento de salário dos servidores públicos. Entre recomposições e reajustes, 26 dos 27 chefes de Executivos estaduais já concederam ou apresentaram propostas que elevam o rendimento dos funcionários. Somadas, as medidas vão custar ao menos R\$ 28 bilhões aos erários.

A maioria dos governadores decidiu conceder um aumento linear para todos os trabalhadores da máquina pública estadual. Outros, contudo, optaram pelo reajuste de apenas algumas categorias, como profissionais de segurança ou professores. Até agora, 16 incrementos salariais já estão confirmados, dois aguardam apenas a sanção do próprio chefe do Executivo e oito ainda tramitam nas Assembleias Legislativas. A exceção é o Tocantins, onde ainda não houve proposta.

A maior parte dos estados optou por reajustes em torno de 10%, mesmo patamar da inflação registrada no ano passado. Mas os valores variam entre 3%, no Paraná, e 36,5%, concedido aos servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran), que ficam quase dez anos com os rendimentos inalterados.

CONTAS PARA O FUTURO
Os governadores passaram quase dois anos sem poder conceder reajustes, contrapartida estabelecida por uma lei que possibilitou o socorro de R\$ 60 bilhões aos estados no início da pandemia de Covid-19. Sancionada em maio de 2020 pelo presidente Jair Bolsonaro, a legislação proibia recomposições até dezembro de 2021.

O maior custo já divulgado é o de São Paulo, onde o governador João Dória (PSDB), pré-candidato à Presidência, propôs aumentar em 20% os salários dos servidores da saúde e da segurança e em 10% as remunerações dos demais. A fatura já está calculada: R\$ 5,6 bilhões. A partir do mês que vem, quem assume o Palácio dos Bandeirantes, com a desincompatibilização de Dória, é o vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB), pré-candidato ao posto. Três estados não informaram a previsão de impacto orçamentário.

O cientista político Malco Camargos, professor da PUC-MG, afirma que a recomposição das perdas inflacionárias é uma obrigação dos governadores. Já o reajuste em um ano eleitoral, na avaliação do especialista, é "questionável" por-



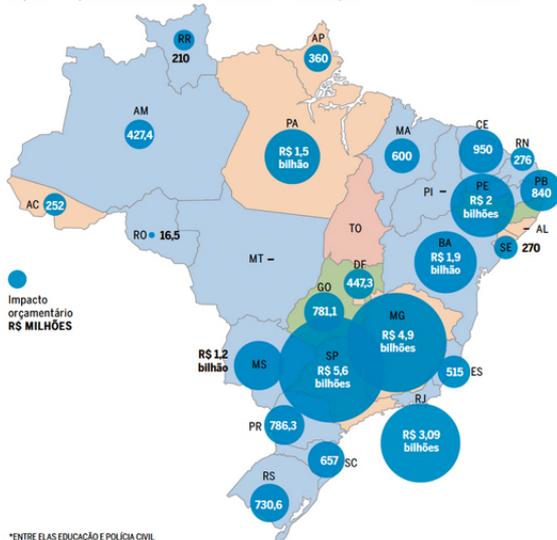
Orçamento.
O governador do Rio, Cláudio Castro, o vice de São Paulo, Rodrigo Garcia, que assumirá no lugar de Dória e concorrerá ao posto em outubro, e Romeu Zema, chefe do executivo de Minas: os três estados terão os maiores gastos com reajustes

A CONTA NOS ESTADOS

A maioria dos mandatários decidiu por aumento linear a todos os servidores, mas alguns optaram por reajustar apenas para algumas categorias, como os profissionais de segurança

SITUAÇÃO DO REAJUSTE

Proposto Aprovado, falta sancionar Sancionado Sem reajuste



*ENTE ELAS EDUCAÇÃO E POLÍCIA CIVIL

que a conta fica para o sucessor do político que autorizou a benesse.

— É paga minimamente por quem está concorrendo e majoritariamente para quem vai chegar. As contas vão para o futuro.

Camargos aponta, no entanto, que a estratégia adotada pelos governadores costuma render bons resultados nas urnas, já que na maioria dos estados o funci-

onalismo responde por uma fatia significativa do eleitorado, que costumam retribuir com votos a melhoria da sua situação financeira.

— O eleitor pune ou premia a partir do seu cenário econômico, e o servidor público também. Aqueles que promovem um maior bem-estar econômico para servidores tendem a ser beneficiados — afirmou o professor. Uma situação especial é a

verificada no Distrito Federal: o governador Ibaneis Rocha (MDB) sugeriu um aumento de 10% para os policiais — ao custo de R\$ 447,3 milhões. A proposta, entretanto, precisa ser enviada pelo governo federal, já que as forças de segurança da capital são bancadas por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), gerido pela União. Ibaneis entregou na ter-

ça-feira uma exposição de motivos ao ministro da Justiça, Anderson Torres, e agora cabe ao governo federal apresentar ou não um projeto de lei.

Em Santa Catarina, também houve foco na segurança. O governador Carlos Moisés (Republicanos) sancionou no fim do ano passado um reajuste de 33% para as bases das carreiras e de 21% para os níveis mais altos.

Já no Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que também articula para disputar a presidência da República, possivelmente pelo PSD, deu um aumento para professores que varia entre 5,5% e 32%.

Em Minas Gerais, o governador Romeu Zema (Novo) enfrenta ameaças de greve de profissionais da segurança pública, educação e saúde. Ele promete cortar o ponto de quem ferir a lei. Zema propôs um reajuste de 10,06%, mas a proposta não foi bem aceita por algumas categorias. No início de seu mandato, o mineiro chegou a prometer um reajuste escalonado de 41,7% para servidores da segurança, mas recentemente admitiu que foi um erro.

RIO PUNIDO

Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, ressalta que grande parte das unidades da federação não está enfrentando penúrias fiscais e que isso facilita a reposição de perdas da inflação. Ela alerta, porém, para o risco de problemas futuros.

— É tempestade perfeita ou bonança perfeita. Ano de eleição, (estados) estão com folga, inflação alta. Todos os fatores estão contribuindo para o aumento. Mas a fragilidade das contas públicas continua presente, tanto na União quanto, pior, para estados e municípios.

A previsão de reajustes automáticos nos próximos anos foi um dos entraves para a entrada do Rio de Janeiro no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O governo federal chegou a dar um parecer contrário à concessão do benefício ao estado. Num segundo momento, contudo, voltou atrás, após retirada dos aumentos automáticos. Neste ano, o governador fluminense, Cláudio Castro (PL), concedeu uma recomposição de 13,02%.

PERCENTUAL

AC	5,42%
AL	10,06%
AP	10%
AM	7,34% a 31,63%
BA	4%
CE	10,74%
DF	10%
ES	6%
GO	10,16%
MA	9%
MT	7%
MS	10%
MG	10,06%
PA	10,5%
PB	10%
PN	3%
PE	5%
PI	10%
RJ	13,05%
RN	15%
RS	5,5% a 32%
RO	36,5%
RR	11%
SC	21% a 33%
SP	10% a 20%
SE	5% até 34,4%
TO	-

PÚBLICO-ALVO

AC	TODOS OS SERVIDORES
AL	TODOS OS SERVIDORES
AP	TODOS OS SERVIDORES
AM	II CATEGORIAS*
BA	TODOS OS SERVIDORES
CE	TODOS OS SERVIDORES
DF	TODOS OS SERVIDORES
ES	TODOS OS SERVIDORES
GO	TODOS OS SERVIDORES
MA	TODOS OS SERVIDORES
MT	TODOS OS SERVIDORES
MS	TODOS OS SERVIDORES
MG	TODOS OS SERVIDORES
PA	TODOS OS SERVIDORES
PB	TODOS OS SERVIDORES
PN	TODOS OS SERVIDORES
PE	TODOS OS SERVIDORES
PI	TODOS OS SERVIDORES
RJ	TODOS OS SERVIDORES
RN	TODOS OS SERVIDORES
RS	PROFESSORES
RO	SERVIDORES DO DETRAN
RR	TODOS OS SERVIDORES
SC	FORÇAS DE SEGURANÇA
SP	TODOS OS SERVIDORES
SE	TODOS OS SERVIDORES
TO	-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4